

# **POLÍTICA AGRÍCOLA E PLURIATIVIDADE NA UNIÃO EUROPÉIA E NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARADA**

Carlos Alves do Nascimento<sup>1</sup>

**Área 6. Economia Agrária, Espaço e Meio ambiente**

**Sub-Área 6.2. Economia Agrária e do Meio Ambiente**

**Submetido para apresentação em Seção Ordinária**

## **RESUMO**

O artigo defende que a literatura européia e brasileira, que aborda o tema da pluriatividade das famílias rurais, negligencia a importância da política agrícola pública como elemento determinante decisivo do crescimento de casos de pluriatividade.

Palavras-chave: pluriatividade, política agrícola

## **ABSTRACT**

The paper support that the european and brazilian literature, that approaches the subject of the farm family pluriactivity, neglected the importance of the agricultural public policy as decisive determinant element of the growth of cases of pluriactivity.

Key-words: pluriactivity, agricultural policy

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente texto pretende comparar a política agrícola no Brasil com a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia (UE), centrando a argumentação em um tema que se desenvolveu na União Européia a partir da década de 1980 chegando ao Brasil em meados da década de 1990. Trata-se da pluriatividade, um termo que se refere a unidades familiares que combinam entre seus membros ocupações agrícolas e ocupações não-agrícolas – famílias pluriativas. Objetiva-se destacar a diferença entre os efeitos da PAC da UE e os da política agrícola brasileira sobre a pluriatividade dos agricultores familiares rurais. Procurar-se-á argumentar que a PAC contribui para o crescimento de casos de famílias pluriativas, enquanto que no Brasil a política agrícola, historicamente, contribuiu de forma negativa para a pluriatividade.

No que respeita ao Brasil, a análise restringir-se-á à região Sul porque esta região além de ser de longe a segunda maior detentora da agricultura familiar nacional – depois da região Nordeste – é a região que mais aprofundou o processo de modernização das estruturas produtivas no campo (NASCIMENTO, 2007).

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do IE/UFU. Doutor em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp.

Para cumprir o objetivo proposto o texto ficou estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresenta-se brevemente alguns dados sobre a pluriatividade na UE e no Sul do Brasil, com o intuito de embasar as argumentações a respeito das divergências que serão destacadas entre a política agrícola do Brasil e a da UE, na terceira seção, e a defesa, na quarta seção, de que a perspectiva de crescimento da pluriatividade está condicionada ao apoio público, particularmente aos pequenos produtores agropecuários familiares. Por fim, a última seção apresentará as considerações finais.

## **2. A PLURIATIVIDADE NO SUL DO BRASIL E NA UNIÃO EUROPÉIA**

Entre fins da década de 1980 e início dos anos 1990 pesquisadores europeus empreenderam uma grande pesquisa (Arkleton Trust Project) com o objetivo, entre outros, de investigação do conjunto das fontes (agrícolas e não agrícolas) de renda e ocupação das unidades familiares rurais. O resultado da pesquisa do Arkleton Trust (1992) em relação à evolução da pluriatividade no período da sua investigação (1987 a 1991) aponta para a consolidação dessa cultura no interior dos domicílios agrícolas da antiga Comunidade Econômica Européia (CEE), a ponto do Relatório afirmar que a *“pluriatividade é um fenômeno estável, sendo que 63% dos estabelecimentos possui certa proporção da força de trabalho engajada na pluriatividade”*<sup>2</sup>. Esta afirmação está baseada na Tabela 1. Pode-se ver nessa tabela que em praticamente todos os grupos de regiões<sup>3</sup> estudadas – exceção do grupo B2 (embora este fosse o grupo com maior porcentagem de estabelecimentos pluriativos) – houve um crescimento do número de estabelecimentos pluriativos, no período analisado. Pode-se perceber também que, diferentemente da evolução da pluriatividade, os estabelecimentos com mais de 95% da mão-de-obra ocupada exclusivamente na agricultura apresentam, em todos os grupos de regiões, taxas negativas de crescimento – novamente, a exceção foi o grupo B2.

Para a OECD (1998) está claro que a pluriatividade é importante e está crescendo ao longo do tempo na maioria dos países para os quais os dados estão disponíveis. Entretanto, em quase todos os casos, a parcela dos agricultores part-time é mais alta que a fração dos agricultores com outras atividades remuneradoras (isto é, aqueles produtores agrícolas part-time que estão ocupados em outras atividades remuneradoras em adição às atividades

---

<sup>2</sup> Arkleton Trust (1992: 254).

<sup>3</sup> A pesquisa do Arkleton Trust abrangeu várias regiões no interior da CEE, as quais foram repartidas em 5 grupos de estudo. Para quem tiver interesse, a descrição e características completas dos referidos grupos encontram-se no Capítulo 3 do Relatório do Arkleton Trust (1992, pp. 64 a 82).

agrícolas). Isto levanta a suspeita da existência de desemprego disfarçado entre os estabelecimentos (*farm households*) nos países-membros da OECD<sup>4</sup>. Este ponto revela um dos elementos explicativos da crescente preocupação em fomentar mais casos de pluriatividade no seio da CEE, ou seja, a forte presença de desemprego disfarçado de pessoas que mantêm algum vínculo com a atividade agrícola (talvez em virtude dos subsídios e ajudas compensatórias recebidos para manutenção desse vínculo). Isso posto, pode-se levantar a seguinte conjectura: unindo essa informação (desemprego dos part-timers) a, de um lado, políticas de preços administrados e de ajudas diretas e, de outro, política de desenvolvimento rural (aumentando a oferta de ocupações e empregos não-agrícolas), o resultado será sempre a existência de um latente potencial de crescimento da pluriatividade na CEE!

Grandes e pequenos ganham com a PAC. Os grandes ganham mais (BAPTISTA, 2000). A pluriatividade cresce no meio dos dois grupos (OECD, 1998). As referências a diversos analistas da PAC, feitas por Nascimento (2005; 2008), sugerem que, a despeito dos grandes ganharem muito mais, numerosos pequenos também mantêm o vínculo com alguma atividade agrícola porque são subvencionados para tanto. Sem essa subvenção, o vínculo com a atividade agrícola ficaria comprometido. Sem a subvenção, sem os preços acima de mercado e as ajudas diretas, estaria comprometido o referido vínculo até mesmo entre muitos grandes (BAPTISTA, 2000). Em outras palavras, sem a subvenção, sem o Estado apoiando os pequenos produtores, ficaria comprometida a sustentabilidade do crescimento da pluriatividade entre muitos pequenos e grandes estabelecimentos agrários da CEE, uma vez que não existe pluriatividade só com atividades não-agrícolas, sem atividade agrícola.

**Tabela 1:** Repartição (%) dos estabelecimentos agrícolas em função da estrutura de renda e variação entre 1987 e 1991, por grupos de regiões de estudo.

Região de estudo	Monoatividade (> 95% da mão-de-obra ocupada em)						Pluriatividade	
	Agricultura		Para-agricultura		Trabalho no exterior			
	1987	1991	1987	1991	1987	1991	1987	1991
Grupo A	43,8	-6,6	0,1	-	0,1	2,4	56	4,2
Grupo B1	47	-1,7	0,1	0,4	0,5	0,6	52,4	0,7
Grupo B2	13,1	4,3	0,4	0,2	0,3	3,3	86,3	-7,8
Grupo C1	44,7	-3,4	0,1	0,3	0,4	2,4	54,8	0,7
Grupo C2	20,4	-3,8	0	0,3	0,2	0,6	79,4	2,9
Total	36,9	-3,1	0,1	0,2	0,3	1,8	62,7	1,1

Fonte: Arkleton Trust (1992: 225).

Os dados sobre a pluriatividade no Sul do Brasil referem-se aos *tipos de famílias* classificados pela posição na ocupação dos membros da família (empregador, conta-própria,

<sup>4</sup> Fuller (1990) também apresenta dados semelhantes, os quais dão margem para esta mesma questão.

assalariado, não ocupado)<sup>5</sup> e, em seguida, pelo ramo de atividade em que estão inseridos (agrícola, não agrícola, pluriativo)<sup>6</sup>. O foco recairá apenas nas famílias de conta-próprias e de assalariados por que ambas compreendiam mais de 80,0% do total de famílias rurais não metropolitanas agropecuárias<sup>7</sup> sulinas, nos períodos analisados. Construiu-se essa tipologia a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE.

No Sul do Brasil, como pode ser visto na Tabela 2, o número de famílias conta-próprias pluriativas reduziu-se a uma taxa média anual de 2,2 %, assim como também apresentou taxa de crescimento negativa (2,9 % a.a.) o número de famílias conta-próprias agrícolas, no período de 1992 a 1999. No sentido contrário, a Tabela 2 mostra o forte crescimento positivo do número de famílias não agrícolas (conta-próprias, 9,4%a.a., e assalariadas, 7,6%a.a.).

Observe-se que ambos os tipos de agricultura familiar (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas) no Sul do Brasil sofreu uma redução ao longo de toda a década de 1990, sem que a pluriatividade pudesse conter esse declínio, demonstrando o não cumprimento da função, que lhe é atribuída pela literatura, de sustentáculo da agricultura familiar. Destaca-se novamente que, por outro lado, o que cresceu vigorosamente foi o conjunto das famílias não agrícolas. Esses dados darão suporte à discussão tecida na penúltima seção.

---

<sup>5</sup> Se na família houver algum membro empregador, tal família é classificada como empregadora. Não havendo nenhum empregador, mas pelo menos um conta-própria, a família é compreendida como de conta-própria. Na ausência de empregador e de conta-própria, a família será considerada de assalariados caso algum membro esteja ocupado na semana de referência da PNAD como tal. Não havendo nenhum ocupado na família, a mesma é considerada como família de não ocupados.

<sup>6</sup> Se, por exemplo, numa família de conta-próprias houver pelo menos um membro ocupado na agricultura e nenhum outro fora da agricultura, então essa família é classificada como de conta-própria agrícola. Caso a referida família de conta-própria tivesse pelo menos um membro na atividade agrícola e pelo menos um outro ocupado em outro setor, essa seria uma família de conta-própria pluriativa – é considerado família de conta-própria pluriativa “tradicional” no caso de combinação de um conta-própria agrícola e um assalariado agrícola na mesma família (não consideramos pluriativa “tradicional” a família de assalariados que tem dois, ou mais, membros assalariados agrícolas). Se o caso fosse de pelo menos um membro ocupado fora da agricultura e nenhum outro na agricultura, essa seria uma família de conta-própria não agrícola. As mesmas combinações podem ser repetidas para as famílias de assalariados e de empregadores.

<sup>7</sup> As áreas censitárias consideradas rurais pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusiva aglomerado rural. O *rural agropecuário*, portanto, é constituído pela soma dos números 3 e 5. A idéia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

**Tabela 2:** Evolução quantitativa dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 1992/99. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Mil fam	tx cresc. (% aa.)
	1999	1992/99 <sup>a</sup>
NÃO METROPOLITANO		
RURAL AGROPECUÁRIO		
<b>Conta-Própria</b>	671	-2,0 ***
<b>Agrícola</b>	467	-2,9 ***
<b>Pluriativo</b>	138	-2,2 **
<b>Não-agrícola</b>	67	9,4 ***
<b>Assalariados</b>	428	3,2 ***
<b>Agrícola</b>	185	0,5
<b>Pluriativo</b>	42	-1,0
<b>Não-agrícola</b>	201	7,6 ***

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Microdados da PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

A Tabela 3, por sua vez, mostra que no período de 2001 a 2005 o número de famílias de conta-próprias pluriativas sulinas não mais exibiu trajetória declinante, permanecendo estabilizada (do ponto de vista estatístico). Contudo, continuou em declínio – semelhante à década de 1990 – o número de famílias de conta-próprias estritamente agrícolas (-3,0%a.a.). O conjunto de famílias de assalariados é que apresentou taxa de crescimento positiva (2,8%a.a.). A Tabela 3 sugere que as famílias de conta-próprias agrícolas podem estar se convertendo em famílias de conta-próprias pluriativas (ou até mesmo em famílias de assalariados). Nascimento (2008) já havia demonstrado que essa conversão pode ser um primeiro passo para as famílias agrícolas se tornarem totalmente famílias não agrícolas (ou de assalariados agrícolas). O tempo de transição da situação de agrícola para a de não agrícola, passando pela situação de pluriativa, depende dos diferentes tipos de apoio recebidos pelos agricultores familiares para que possam preservar algum vínculo com as atividades agrícolas (o ‘lado agrícola’ da pluriatividade). Sem o ‘lado agrícola’, não existem famílias pluriativas, mas tão-somente famílias não agrícolas.

A hipótese explicativa para a estabilidade da pluriatividade nesse último período, 2001-2005, é que – conforme será melhor compreendido depois da exposição dos argumentos das seções seguintes –, comparativamente aos anos 1990, o estabelecimento de uma conjuntura macroeconômica mais favorável e o aumento expressivo dos recursos e da abrangência do PRONAF<sup>8</sup>, provavelmente impactaram de forma mais positiva no sentido de conter a tendência anterior de abandono por parte de pequenos produtores familiares de suas atividades agrícolas tradicionais.

<sup>8</sup> Faria (2006).

**Tabela 3:** Evolução quantitativa dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Sul, 2001/2005. (1000 famílias)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	Mil fam	tx cresc. (% aa.)
	2005	2001/2005 <sup>a</sup>
NÃO METROPOLITANO		
RURAL AGROPECUÁRIO		
<b>Conta-Própria</b>	669	-1,0
<b>Agrícola</b>	446	-3,0 ***
<b>Pluriativo</b>	170	3,9
<b>Não-agrícola</b>	53	2,1
<b>Assalariados</b>	363	2,8 ***
<b>Agrícola</b>	154	2,1
<b>Pluriativo</b>	46	0,9
<b>Não-agrícola</b>	164	4,2

Nota: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Microdados da PNAD - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

### 3. A POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPÉIA

A Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia (UE) é contemporânea da política de modernização intensiva da agricultura brasileira. Ambas datam da década de 1960. Tanto a PAC quanto a política agrícola de modernização brasileira<sup>9</sup> tinham como um de seus objetivos centrais o aprofundamento da dinâmica capitalista no meio rural, com objetivo claro de elevar a produção e a produtividade agropecuárias, constituir mercado para indústria de máquinas e insumos, além de procurar cumprir as clássicas funções de fornecimento de mão-de-obra para a indústria, baratear o custo de reprodução da força de trabalho urbana, reduzir o custo da matéria-prima industrial de origem agrícola. Por outro lado, tinham motivações distintas. A PAC era motivada pela vontade das sociedades, que formaram inicialmente a antiga Comunidade Econômica Européia (CEE)<sup>10</sup>, de tornarem-se auto-suficientes na produção agropecuária e de garantir sua segurança alimentar – além de que seria parte importante no esforço para assegurar o pleno emprego (preocupação política central do segundo pós-guerra). A política de modernização da agricultura brasileira, por sua vez, tinha como motivação maior fazer frente à histórica restrição externa ao crescimento econômico do país – uma vez que a indústria aqui montada não era competitiva no mercado internacional<sup>11</sup>.

Outra importante diferença entre as duas políticas – que é o que mais interessa ressaltar – reside no fato de que a PAC, diferentemente da política agrícola modernizadora

<sup>9</sup> Essa política integrava um conjunto de sistemas: financeiro, de pesquisa e de extensão rural, todos voltados especificamente para a agropecuária.

<sup>10</sup> Os primeiros seis países que formaram a CEE foram Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Alemanha. Em 1973, aderiram também: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Em 1981 foi a vez da Grécia e, em 1986, da Espanha e Portugal. Somente em 1992 passaram a fazer parte da Comunidade Áustria, Suécia e Finlândia. Vários países do Leste Europeu foram incorporados à CEE na década de 1990.

<sup>11</sup> Furtado (2000).

brasileira, ao mesmo tempo em que envidou esforços para elevar a produtividade das atividades agropecuárias, assegurou, por outro lado, mecanismos<sup>12</sup> que atenuavam os potenciais efeitos negativos da modernização agrícola sobre os pequenos produtores familiares menos aptos a se ajustarem às novas exigências modernizantes – exigências que acirrariam cada vez mais a concorrência entre os diferentes capitais agrícolas individuais. Ou seja, pode parecer paradoxal, mas a PAC foi exitosa em, a um só tempo, elevar a produtividade da agropecuária e controlar a redução da PEA agrícola, contendo o ímpeto do êxodo rural. E essa política foi bem sucedida nesse aspecto justamente pela preocupação efetiva que teve em atender não apenas aos interesses de grandes produtores, mas também atender ao conjunto dos pequenos produtores, considerados inaptos ao mercado<sup>13</sup>.

Para sustentar a afirmação anterior, observe na Tabela 4 que a redução da força de trabalho agrícola nos países da CEE não teve muita diferença entre os dois períodos comparados (pré-PAC, antes de 1962, e pós-PAC, a partir de 1962). Isto sugere que o efeito negativo do aumento da produtividade do trabalho sobre a população agrícola foi contido pela própria política que impulsionou a produtividade: a PAC. Os dados da Tabela 4 sugerem que sem a política de preços administrados e a Preferência Comunitária – políticas medulares da PAC – a queda do emprego agrícola poderia ter sido mais intensa (ver detalhes em NASCIMENTO, 2008). Esses dois instrumentos de política preservaram numerosas pequenas unidades familiares agropecuárias: fator decisivo para a proliferação de casos de pluriatividade (conforme reflexão mais detalhada na seção seguinte).

Corroborando com as evidências extraídas dos dados acima, Post e Terluin (1997) destacam que após a Segunda Guerra Mundial países da CEE desenvolveram políticas com alto grau de proteção para a agricultura. Estas políticas impulsionaram a produção agrícola e evitaram (*prevented*) um êxodo de trabalhadores agrícolas maior do que o ocorrido. Argumentam esses autores que a política de preços altos “importou emprego” de países com baixa taxa de proteção agrícola.

Esta leitura dos dados sugere, portanto, a importância da PAC da CEE atenuando a queda do contingente da força de trabalho e das explorações agrícolas, decorrentes do aprofundamento das práticas capitalistas na sua agricultura. Nada mais imprescindível, juntamente com o crescimento das ofertas de ocupação não-agrícolas (decorrentes da

---

<sup>12</sup> A Política de Preços Administrados e o Princípio da Preferência Comunitária. A garantia da preferência Comunitária implicava tanto a realização de toda a produção de todos os produtores como também assegurava a todos os produtores a proteção da competição dos produtos estrangeiros.

<sup>13</sup> Por falta de espaço, remeto o leitor a outro trabalho, Nascimento (2008), no qual constam fartos elementos que sustentam essa afirmação. Nesse livro apresenta-se também uma análise sobre a pluriatividade no Nordeste do Brasil.

reconstrução européia, pós-Segunda Guerra), para o crescimento e a sustentabilidade da pluriatividade que se configurou naquele continente, atestado por importantes relatórios de pesquisa (OECD, 1998; Arkleton Trust, 1992).

**Tabela 4:** Taxas de crescimento da população agrícola por países da Comunidade Econômica Européia.

PAÍSES	1930-1947	1947-1961	1961-1970
Bélgica	-34,2	-40,2	-30,7
	1946-1954	1954-1962	1962-1970
França	-30,6	-24,8	-32,2
	1950-1961	1961-1970	
Alemanha	-30,2	-36,9	
	1951-1961	1961-1970	
Itália	-31,5	-31,4	
	1947-1960	1960-1970	
Holanda	-40,2	-35,3	

Fonte: Adaptado de Cipolla (1976: 657-665).

No Brasil, como não existe esse tipo de preocupação por parte das velhas e novas políticas voltadas para o setor, a pluriatividade é uma cultura a ser constantemente esvaída pelo progresso econômico, conduzido nos moldes da “modernização dolorosa”<sup>14</sup>, em simultâneo às crises pelas quais passam constantemente os pequenos produtores desprovidos dos aportes públicos para enfrentá-las. Não obstante o processo de “modernização dolorosa” da agricultura brasileira – assentado no modelo de busca desenfreada da elevação da produtividade – ter, como uma de suas conseqüências, criado certas condições<sup>15</sup> para a proliferação da pluriatividade, por outro lado, *foram criadas também, paralelamente, as condições para a retração contínua da pluriatividade na região, ao longo do tempo*. Para se entender essa afirmação cumpre recordar que a modernização da agricultura no Brasil, nos anos 60 e 70, ocorrida nos moldes da *modernização dolorosa*, cumpria duplo objetivo: por um lado, atender às necessidades internas do desenvolvimento capitalista a partir dos anos 50; por outro lado, reforçava o seu desiderato histórico de ser o setor com grande peso no financiamento das necessidades nacionais de importação.

Isso significa dizer que a agropecuária, no Brasil, jamais foi vista pelas políticas públicas destinadas a ela como um espaço também daqueles produtores que não têm a capacidade de se moldar às exigências de produtividade e fazer frente aos desígnios históricos do setor, conforme posto acima. Para esse segmento de produtores, que não conseguem atingir o perfil do “verdadeiro agricultor”, resta se ocupar plenamente em ocupações rurais

<sup>14</sup> Graziano da Silva (1982).

<sup>15</sup> Elevação da produtividade das explorações familiares modernizadas, liberando mão-de-obra familiar para se ocupar em outras atividades – não agrícolas ou agrícolas por assalariamento (em outros estabelecimentos).



não agrícolas, ou continuarem perpetuamente marginalizados na sua relação com a terra, ou se tornarem definitivamente não ocupados.

Nesse termos, a pluriatividade fica comprometida à medida que os pequenos produtores familiares tendem a abandonar suas atividades agropecuárias, por incapacidade de mantê-las sem o apoio devido das políticas públicas. No Sul do Brasil, dada a forte exposição à concorrência externa dos anos 1990 – Mercosul e abertura comercial – combinada à falta (ou insuficiência) do referido apoio público, a pluriatividade declinou significativamente (Tabela 2). Nos anos 2000, em virtude de uma melhora nas condições macroeconômicas e maior aporte e abrangência do PRONAF, os dados da PNAD, relativos aos anos 2001 a 2005 (Tabela 3), refletem uma mudança da trajetória anterior, o que só confirma a argumentação central deste texto. Essa relação existente entre apoio público insuficiente e redução da pluriatividade (ou dificuldade para seu crescimento) será melhor tratada na seção seguinte.

#### **4. O FUTURO DA PLURIATIVIDADE ESTÁ CONDICIONADO AO FUTURO DA PEQUENA AGRICULTURA FAMILIAR**

Antes de avançarmos nessa seção, deve-se ficar claro que as famílias pluriativas conciliam entre seus membros atividades agrícolas com atividades não agrícolas. Não existe pluriatividade sem o vínculo a uma atividade agrícola. A literatura que trata desse tema não considera pluriatividade apenas com atividades não agrícolas, por mais diversas que sejam as atividades não agrícolas que os membros de uma família estejam ocupados. Ou seja, a pluriatividade é constituída por dois vetores de determinação: um ‘lado agrícola’ e um ‘lado não agrícola’. Na falta de um deles, a pluriatividade deixa de existir.

O argumento da política pública – central neste texto – não exclui as características<sup>16</sup> apontadas pela literatura, no caso da União Européia (e por autores brasileiros que também identificam características similares no Sul do Brasil), como determinantes do crescimento da pluriatividade (da conversão de famílias de agricultores em famílias pluriativas). Pelo contrário, o argumento da política pública considera tais características. Apenas as considera insuficientes para explicar a evolução da pluriatividade, seja na UE, seja no Sul do Brasil. Dizer que são insuficientes não quer dizer que não sejam importantes, em absoluto. A questão é que tais características se restringem ao ‘lado não agrícola’ dos determinantes da

---

<sup>16</sup> Características de redes urbanas que circundam áreas rurais e que têm potencial de ofertar oportunidades de ocupação em atividades econômicas não agrícolas. Por exemplo, regiões com malhas de cidades e povoados que formam territórios e núcleos urbanos ampliados, integrados por redes de estradas principais e secundárias, dotada de ativos históricos e culturais que atraem milhões de pessoas todos os anos, etc. Ou seja, esse constitui o ‘lado não agrícola’ determinante da pluriatividade.

pluriatividade. E a evolução da pluriatividade não se explica plenamente só pelo ‘lado não agrícola’. Faz-se necessário pensar o ‘lado agrícola’ (da combinação ‘agrícola com não agrícola’, próprio da pluriatividade), e aqui repousa o diferencial dos argumentos deste texto. Para pensar o ‘lado agrícola’, que diz respeito à permanência ou o abandono das atividades agrícolas, especialmente por parte dos pequenos produtores familiares, importa considerar o papel do Estado, das políticas públicas.

Ou seja, dizer que o papel do Estado é decisivo significa, fundamentalmente, dizer que numa região como o Sul do Brasil – ou a UE – que tem o ‘lado não agrícola’ bem desenvolvido, o qual poderia, em tese, estimular a pluriatividade, se não houver estímulos também pelo ‘lado agrícola’ – particularmente para evitar que os pequenos produtores, historicamente alijados do apoio público, abandonem as atividades agrícolas –, não haverá perspectivas de crescimento de casos de pluriatividade. Poderá, sim, haver mais perspectivas de crescimento de casos de famílias rurais *não agrícolas*. E o que pode estimular, apoiar, o ‘lado agrícola’ (de pequenos produtores), senão o Estado, as políticas públicas? Sem o apoio do Estado, como os pequenos produtores agrícolas familiares manterão suas atividades agrícolas? E sem a atividade agrícola, como existirá (e aumentará) a pluriatividade? A pluriatividade não existe só com o elo *não agrícola*.

Sem esse apoio do Estado, e residindo em áreas rurais de redes urbanas dinâmicas, seja no Sul do Brasil, seja na UE, a tendência, a perspectiva, é de as famílias de pequenos produtores agrícolas se converterem *não* em famílias rurais pluriativas, mas em famílias rurais *não agrícolas* (ver Tabela 2 acima). Na UE, essa conversão se dá mais no sentido da pluriatividade (razão pela qual o Relatório do Arkleton Trust, 1992, registra crescimento da pluriatividade na CEE, hoje UE), justamente porque a PAC apóia os pequenos produtores rurais familiares a preservarem algum vínculo com alguma atividade agrícola (não importando a natureza desta, se para o mercado ou não). Soma-se a esse apoio as características apontadas pela literatura<sup>17</sup>, e o resultado é mais pluriatividade. Sem o referido apoio, as características apontadas pela literatura propiciam a conversão das famílias agrícolas em famílias *não agrícolas*, mas não em pluriatividade (pelo menos não do ponto de vista de uma perspectiva de crescimento dela).

Isso é o que a literatura especializada – importada da UE – não considerou. Por quê? Porque o problema inerente a essa literatura – e isso é o que induziu à distorção no Brasil – está em associar a ampliação da pluriatividade aos estímulos ao fomento de atividades não

---

<sup>17</sup> Nota de pé de página n. 16.

agrícolas para as populações rurais, ao fomento a ações voltadas para o desenvolvimento rural, ações que fortalecem, potencializam, todos os ativos histórico-culturais nas áreas rurais e ao redor delas.

Ora, a literatura da UE sobre a pluriatividade não considera a PAC como determinante (pelo ‘lado agrícola’) da pluriatividade justamente porque a PAC *criou* – esse é o verbo mais apropriado – uma situação relativamente estável, do ponto de vista da renda familiar, para inúmeros pequenos produtores familiares, de modo que a literatura européia (e aí a brasileira a segue) associa a pluriatividade fundamental e exclusivamente às ocupações rurais não agrícolas – ORNAs (o ‘lado não agrícola’), as quais são derivadas de: i) entornos rurais (redes urbanas regionais/territoriais) com economias dinâmicas, ofertantes de ORNAs; ii) estratégias familiares de diversificação de atividades não agrícolas (ORNAs), não necessariamente de sobrevivência: a busca por inserção em novos mercados em resposta às dificuldades financeiras; uma tentativa de reduzir os riscos da atividade agrícola; ou ainda uma resposta às oportunidades surgidas nos mercados de trabalho e de produtos; iii) as migrações de parentes/familiares para se ocuparem em ORNAs, as quais viabilizarão remessas de rendas não agrícolas para os estabelecimentos; iv) as infra-estruturas das economias locais, os recursos naturais, culturais e humanos são também aspectos a serem levados em conta ao analisar o maior ou menor êxito da pluriatividade em um determinado território. (REIS, HESPANHA, PIRES, *et al.*, 1990; MARSDEN, 1990; FULLER, 1990; BRUN e FULLER, 1991; ARKLETON TRUST, 1992; OECD, 1998). Os trabalhos desenvolvidos no Brasil não fogem a essa abordagem (KAGEYAMA, 1998; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003; SOUZA, 2000; MATTEI, 1999; entre outros).

Perceba-se que a ênfase dessa literatura especializada recai no ‘lado não agrícola’ da combinação ‘agrícola *com* não agrícola’ (própria da pluriatividade). Mas, perceba-se também que, não obstante isso, a associação feita não é com o que realmente dever-se-ia associar: as famílias rurais *não agrícolas*, mas com a pluriatividade – supostamente para explicar o sucesso da pluriatividade na UE (e, no caso brasileiro, para explicar que o Sul tem todas as condições para o crescimento da pluriatividade).

Note-se ainda que o ‘lado agrícola’, nessa concepção presente (e que lhe é central) na referida literatura, perde importância. Mas aqui é o ponto em que o presente artigo é importante, porque mostra que não somente o ‘lado não agrícola’ deve ser fomentado, mas também o ‘lado agrícola’ deve ser protegido, valorizado, evitando o abandono das atividades agrícolas pelos pequenos produtores. Porque o lado não agrícola, quanto mais dinâmico, e sem políticas que valorizem os pequenos produtores agrícolas, pode viabilizar o crescimento

de famílias *não agrícolas*, e não de famílias *pluriativas*<sup>18</sup>. E quem é o responsável pelo apoio aos pequenos produtores agrícolas familiares, na UE, senão a PAC? Sem a PAC, Nascimento (2008) mostra que numerosos pequenos produtores familiares da UE não existiriam e junto com eles não existiria o sucesso de casos de pluriatividade, porque a PAC viabiliza a permanência dos agricultores “ineficientes” – do ponto de vista da sua produção para o mercado – ligados a uma atividade agrícola (mesmo que seja para não produzirem nada para o mercado, mas somente para “preservar a natureza”).

Além disso, existem na UE as políticas estruturais de desenvolvimento rural que fomentam uma série de outras formas de ocupação para as populações rurais, de tal sorte que o agricultor se beneficia, por um lado, de ajudas diretas do Estado (não se trata de crédito, mas ajudas diretas “a fundo perdido”), via PAC, para “preservar a natureza”, sem produzir para o mercado, e, por outro lado, o entorno rural é dinâmico em ofertar outras formas de ocupação e geração de renda. O resultado desse duplo vetor de ações é que a família desse produtor torna-se pluriativa. Esse é um resultado “natural”? Ou se deve àquelas características apontadas pela literatura (o ‘lado não agrícola’), de um lado, e à PAC (o ‘lado agrícola’) pagando para milhares<sup>19</sup> de pequenos produtores familiares manterem-se com algum vínculo a uma atividade agrícola (não importando a natureza desta, se para o mercado ou apenas para preservar o meio ambiente)?

Por outro lado, a literatura associa também a pluriatividade à modernização da agricultura (ver, por exemplo, CARNEIRO, 1996; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003) uma vez que a modernização significa aumento de produtividade no interior das unidades produtivas familiares e, conseqüentemente, liberação de parte da família para se ocupar em outras atividades, fora da agricultura, resultando em conformação de casos de famílias modernas pluriativas. Contudo, essa literatura não considera os dois lados do movimento dialético<sup>20</sup> presente nesse processo de modernização e de conformação de casos de pluriatividade. Um dos lados é esse já descrito, da relação entre modernização, aumento de produtividade, liberação de força de trabalho familiar e pluriatividade. O outro, não mencionado por essa literatura, é o de que a modernização significa, para muitos pequenos produtores familiares, exclusão do mercado. Nesse caso, muitos deles ou permanecerão

---

<sup>18</sup> Com isso não se está querendo contrapor – em termos de juízo de valor – um tipo de família a outro, se um é melhor do que outro. Apenas se está argumentando sobre o que pode favorecer o crescimento de um e de outro tipo familiar.

<sup>19</sup> Milhares, segundo a literatura européia utilizada por Nascimento (2005; 2008).

<sup>20</sup> Nascimento (2006; 2007).

marginalizados na sua relação com a terra, ou se tornarão famílias não agrícolas, porque tenderão a abandonar a atividade agrícola que lhe passa a ser mais onerosa do que o contrário.

Por ficarem marginalizados do processo de modernização (e de integração aos circuitos comerciais e produtivos dos agronegócios), haverá sempre a tendência a abandonarem a atividade agrícola, sobretudo, tendo-se em vista alguns fatores que contribuem para essa decisão (forçada pelas circunstâncias). Quais sejam: a) a difusão, através dos meios de comunicação de massa, dos hábitos e necessidades urbanos; b) a crescente dificuldade de manter uma atividade agrícola não remuneradora; c) conjunturas duradouras de crise no setor agrícola; d) entornos rurais (economias locais) dinâmicos, do ponto de vista não agrícola, proporcionando maiores oportunidades ocupacionais fora da agricultura; e) o descaso histórico do Estado no tocante ao amparo ao amplo conjunto dos pequenos produtores familiares.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Corroborando com o que se expôs nas seções anteriores, Estrada e Fernandez (2007) mostram que a PAC paulatinamente seguiu – ao longo das reformas dos anos 2000 – metamorfoseando-se em direção à noção de multifuncionalidade da agricultura europeia, cuja tendência fundamental consiste na reafirmação do princípio originário da PAC de sustentação do largo espectro de pequenos produtores familiares, que sem essa política iriam agravar mais ainda as condições críticas do mundo do trabalho, urbano e rural, europeu.

No que respeita ao Brasil, entende-se que há muito que aprender com a experiência da PAC da UE – o que não significa sugerir a aplicação direta de um suposto modelo europeu, em absoluto. O presente ensaio teve por objetivo contribuir com o debate da pluriatividade chamando atenção para o fato de que não se pode importar teorias elaboradas em realidades profundamente distintas da brasileira sem criticidade. Significa dizer que a economia política da pluriatividade não pode se render a interpretações que associam o crescimento (ou decrescimento) da pluriatividade a determinações automáticas (relação direta com a existência de dinamismos não agrícolas nos entornos rurais) ou a determinações intimistas de estratégias familiares supostamente autônomas, isentas, em última instância, de influências externas (por exemplo, a ação do Estado direcionando recursos para segmentos específicos de produtores).

A economia política da pluriatividade deve considerá-la como resultado de uma construção política; ou seja, como resultado da interferência do Estado regulando a dinâmica produtiva, ocupacional, socioambiental do mundo rural. Defende-se, por conseguinte, a

ampliação dos instrumentos e aportes de recursos das políticas destinadas à agricultura familiar – mais do que apostar tão-somente no fomento a ocupações rurais não agrícolas – como condição sine qua non para o crescimento do número de famílias rurais pluriativas – caso este se torne um dos objetivos dos formuladores de políticas para o meio rural. Os dados da PNAD dos anos 2000, comparativamente à década de 1990, e a relação da PAC da UE como crescimento da pluriatividade europeia, dão uma mostra da justeza dessa tese.

Enfatiza-se, portanto, ser imprescindível a existência de políticas públicas específicas, e com intensidade suficiente, voltadas a evitar o abandono dos pequenos produtores familiares das suas atividades tradicionais, ao mesmo tempo em que lhes proporcione oportunidades de ocupação em atividades não-agrícolas. Sem esse duplo vetor de ação, não haverá tendência de crescimento de uma pluriatividade que possa enfrentar os problemas do desemprego e do empobrecimento no meio rural.

Por fim, não se cogitou aqui a tendência que a expansão de monoculturas como, por exemplo, cana-de-açúcar e soja têm de expulsar os pequenos produtores familiares de suas terras e atividades agrícolas porque não consistia em objeto do artigo. Mas, certamente esse é mais um elemento a se avaliar como desfavorável para a pluriatividade – a se considerar em outro trabalho –, especialmente em um contexto de priorização da perspectiva anti-social – também anti-ambiental – de se direcionar a política pública para tais segmentos produtivos, em detrimento da pequena agricultura familiar.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARKLETON TRUST (1992). *Adaptation des Menages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles*. Luxembourg, Commission Européenne.
- BAPTISTA (2000). *Agricultura e Territórios*. Lisboa: Celta Ed.
- BRUN, A., FULLER, A. (1991). *Farm Family Pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom, The Arkleton Research.
- CARNEIRO, M. J. (1996). Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, ano 11, out., 89-104.
- CIPOLLA, C. M. (1976). *The Fontana Economic History: Contemporary Economies*. (Parts One and Two). Great Britain: William Collins Sons & Co Ltd Glasgow.
- ESTRADA, E. M.; FERNANDEZ, F. E. G. (2007). La funcionalidad agrária y territorial: discursos y políticas sobre agricultura y desarrollo rural. *Economia Ensaio*, v. 22, n. 1, jul/dez. Uberlândia: UFU.

- FARIA, F. F. (2006). *Distribuição de crédito para agricultura familiar: um estudo do pronaif a partir de um indicador de desenvolvimento rural*. Uberlândia: IE/UFU (dissertação de mestrado).
- FULLER, A. M. (1990). From Part Time Farming to Pluriactivity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, local? London, v.6, n.4, p.361-373.
- FURTADO, C. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 192 p. (Coleção Agricultura e Sociedade).
- KAGEYAMA, A. (1998). Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v.2, n. 3, p. 515-51, jul/set 1998.
- MARSDEN, T. (1990). Towards the Political Economy of Pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, London, v.6, n.4, p.375-382.
- MATTEI, L. F. (1999). Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina. Campinas, SP. IE-Unicamp. (Tese de doutoramento)
- NASCIMENTO, C. A. (2008). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise compara entre Brasil e União Européia*. Fortaleza: BNB. (BNB Teses e Dissertações, n. 11)
- NASCIMENTO, C. A. (2007). Pluriatividade e Políticas Públicas: o caso do Sul do Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, p. 452-471.
- NASCIMENTO, C. A. (2006). A dialética da pluriatividade: o caso do Sul do Brasil. *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política*, 2006, Vitória, ES.
- NASCIMENTO, C. A. (2005). A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas: lições para a política agrícola no Brasil.. *Economia e Sociedade*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, v. 14, n. 25, p. 263-285, 2005.
- OECD (1998). *Agricultural Policy Reform and the Rural Economy in OECD Countries*. Paris, France: OECD Publications.
- POST, J.; TERLUIN, I. (1997). The changing role of agriculture in rural employment, in: BOLLMAN, R. D.; BRYDEN, J. M. (1997). *Rural Employment – an international perspective*. London, UK, 465p.
- REIS, J., HESPANHA, P., PIRES, A. R. *et al.* (1990). How ‘Rural’ is Agricultural Pluriactivity? *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v.6, n.4, p.395-399.
- SACCO DOS ANJOS, F. (2003). *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPPEL. 374p.
- SCHNEIDER, S. (2003). *Pluriatividade na Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 354p.
- SOUZA, M. (2000). Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná. Campinas, SP. Unicamp-FEAGRI. (tese de doutoramento)